

Nota informativa



Trajetórias com e sem Reformas: continuidade e aprofundamento da consolidação fiscal

quinta-feira, 10 de fevereiro de 2022

RESUMO

- A consolidação fiscal em curso tem proporcionado controle mais efetivo dos gastos públicos, o que permitiu o retorno a um superávit primário consolidado do setor público e a consequente redução do endividamento público.
- Mesmo com o enfrentamento da recessão provocada pela pandemia, o Brasil tem apresentado, para diversos indicadores fiscais, resultados melhores em 2021 do que o previsto em 2018, na hipótese de cenários com reformas elaborados pela equipe econômica do governo Temer. Destaca-se a qualidade do trabalho dessa equipe que atuou no sentido de fortalecer o arcabouço fiscal, introduzindo o Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/16) e a Taxa de Longo Prazo - TLP (Lei nº 13.483/17), entre outras medidas relevantes.
- Ressalta-se a maturidade institucional e técnica que assegurou a continuidade dos princípios norteadores da política econômica depois da crise de 2014-2016, mantendo a continuidade e o desenvolvimento desse processo de consolidação fiscal iniciado em 2016. É importante salientar que o resultado realizado em 2019 e em 2021, excetuado o ano dos efeitos econômicos mais graves da pandemia (2020), superaram as projeções realizadas em dezembro de 2018 pela equipe econômica anterior, para o cenário mais otimista com as reformas fiscais e microeconômicas, no que se refere às despesas previdenciárias, resultado nominal, dívida líquida do setor público (DLSP) e receita líquida.
- A reforma da Previdência, o aumento da produtividade decorrente das medidas implementadas pelo Governo Digital (que permitiu oferecer melhores serviços à população com redução do quadro de funcionários públicos) e a manutenção do salário do funcionalismo, além de diversas outras medidas, possibilitaram a redução dos gastos e a melhora do resultado primário do governo central. Nesse contexto, o resultado primário do governo central praticamente retornou ao nível de 2014, o que só se realizaria em 2021, no cenário da previsão mais otimista de reformas fiscal e microeconômica.
- Adicionalmente, as medidas que limitaram o gasto dos entes subnacionais nesse período, principalmente em relação à folha de pagamento, e o aumento das receitas devido à elevada transferência federal e à recuperação da arrecadação tributária, após a recessão, possibilitaram que o resultado primário consolidado do setor público voltasse a ter superávit (0,75% do Produto Interno Bruto), interrompendo uma sequência de oito anos de déficit.

- O endividamento, tanto medido pela Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) quanto pela Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), mostrou forte recuo, dada a retomada das receitas e o controle mais efetivo dos gastos. A DLSP, em 2021, ficou em 57,3%, 6,0 pontos percentuais (p.p.) abaixo do projetado para o cenário com reforma fiscal e 4,3 p.p. menor ao considerar o cenário com reformas fiscal + microeconômica. A DBGG, mesmo após o forte choque da pandemia, está em 80,3%, abaixo do cenário com reformas fiscais, que indicava 81,4% do PIB.
- Ressalta-se que o processo de consolidação fiscal iniciado em 2016 pela equipe econômica anterior e desenvolvido nos últimos anos pela gestão atual permitiu que o forte choque adverso da pandemia não inviabilizasse o arcabouço fiscal. Ao contrário, possibilitou a melhora ou a estabilização de diversos indicadores fiscais, principalmente quando comparado às projeções realizadas em 2018. No entanto, esse processo não está completo. A busca pela limitação dos gastos públicos, a melhora do resultado primário e a redução do endividamento para patamares condizentes aos pares internacionais deve continuar no topo da agenda econômica, como tem ocorrido, mesmo no período da pandemia.

1 - Introdução

O principal objetivo desta nota é analisar a evolução dos indicadores fiscais brasileiros no período recente, comparando-os com os cenários para 2018 a 2022 elaborados em dezembro de 2018, último mês da legislatura anterior, e divulgados pela equipe econômica do governo Temer. Ressalta-se a importância dessa equipe no início do processo de consolidação fiscal e nas medidas implementadas que visam o aumento da produtividade. O Teto de Gastos foi o retorno à racionalidade fiscal, ancorando as expectativas de endividamento de médio prazo, pois a limitação dos gastos públicos permitiu a redução da taxa de juros. Ademais, outras medidas fiscais que foram importantes como a Lei das Estatais, que impôs requisitos mínimos para a gestão e administração das empresas estatais, e estabeleceu a TLP, em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), trazendo maior lógica econômica para o financiamento do investimento de maior maturação.

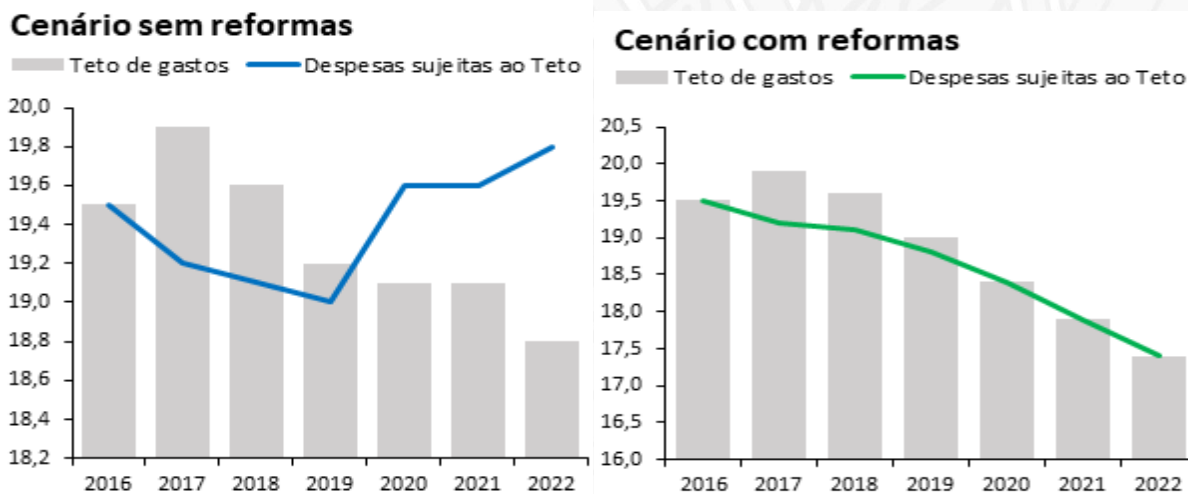
Após as etapas iniciais, o processo de consolidação fiscal foi aprimorado com diversas medidas legislativas que permitiram o controle das despesas e a redução do endividamento, mesmo em meio à maior crise sanitária dos últimos 100 anos. Na próxima seção, apresentam-se algumas medidas que foram importantes no desenvolvimento do binômio: *consolidação fiscal e reformas pró-mercado*. A constatação geral é que a consolidação fiscal em curso tem alcançado bons resultados, os quais, em grande medida, superaram quase todas as projeções do cenário proposto pela equipe econômica anterior considerando reformas fiscais. Dessa forma, cita-se que a Dívida Líquida em 2021 ficou em 57,3%, abaixo 6,0 p.p. e 4,3 p.p. em relação ao cenário com reforma fiscal e ao cenário com reforma fiscal + microeconômica, respectivamente. Em relação à Dívida Bruta, mesmo após o forte choque da pandemia, a razão está em 80,3%, abaixo do cenário com reformas fiscais que indicava o valor de 81,4% do PIB.

2 – Panorama Fiscal e Cenários de 2018 a 2022

Em dezembro de 2018, o então Ministério da Fazenda, com a colaboração de diversas secretarias que o constituía, publicou o Panorama Fiscal Brasileiro¹. Esse material detalhou o contexto econômico e histórico fiscal daquele período; as projeções fiscais de médio prazo; o mapeamento dos riscos fiscais; a programação e execução orçamentária e financeira; as medidas fiscais e o marco regulatório e, por fim; o relacionamento federativo.

Os cenários de projeções fiscais, foco de análise da presente Nota, foram elaborados para o horizonte de 2018 a 2022. No Panorama, foram considerados três cenários: i) **cenário “Sem Reformas”**, com a manutenção das regras vigentes em 2018 que determinariam as trajetórias de receitas e despesas, deterioração fiscal e aumento significativo da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG); ii) **cenário “Com Reformas Fiscais”**, no qual seriam realizadas medidas de aumento de receita e reformas de contenção de gastos, resultando em uma DBGG relativamente estabilizada; e iii) **cenário “Com Reformas Fiscais e Microeconômicas”**, no qual, além das medidas fiscais, seriam realizadas reformas estruturais para aumento da produtividade da economia, com a DBGG em trajetória descendente. A cada cenário fiscal estava associado um cenário macroeconômico correspondente para o período de 2018 a 2022, captando as diferentes percepções de risco sobre a sustentabilidade fiscal. Deve-se salientar que, embora o cenário macroeconômico contemplasse diferentes trajetórias para a atividade, taxa de juros e variação dos preços, a forte recessão global da pandemia em 2020 teve efeito relevante nessas trajetórias macroeconômicas algo que, obviamente, não era esperado nas projeções em 2018.

Gráfico 1 - Cenários de Projeções Fiscais e Teto dos Gastos



Fonte: Panorama Fiscal Brasileiro – 2018. Elaboração: SPE/ME.

Em todos os três cenários propostos havia o pressuposto de manutenção do Novo Regime Fiscal (EC nº 95/2016), que estabeleceu limites individualizados para as despesas primárias (Teto de Gastos). No cenário “sem reformas”, as despesas em percentual do PIB seriam superiores ao Teto de Gastos a partir de 2020, o que mostraria a inviabilidade desta medida neste cenário. No cenário com

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/analises-e-estudos/arquivos/2018/panorama-fiscal-brasileiro.pdf>



reformas (fiscais + microeconômicas), haveria o declínio gradual das despesas em percentual do PIB, com o pleno cumprimento do Teto de Gastos, mas sem nenhuma folga a partir de 2020.

Os cenários com reformas fiscais elaborados em 2018 consideravam medidas para aumento da receita e controle dos gastos públicos no horizonte de 2018 a 2022. Em relação às receitas, estimou-se maior arrecadação de receitas administradas, incluindo a redução de benefícios tributários, além de receitas de concessões e permissões; a elevação da contribuição do RPPS de 11% para 14%; a aplicação do imposto de renda sobre os fundos fechados de investimento (2020) e a redução de 10% dos benefícios tributários.

Em relação às medidas de fato adotadas, deve-se salientar que a reforma da previdência em 2019 permitiu aumento da arrecadação do regime próprio e tornou mais progressiva a tabela do regime geral. Houve elevados influxos de concessão e permissões, começando pela cessão onerosa, venda de empresas subsidiárias das estatais e uma extensa lista de concessões. No entanto, observa-se que, apesar das medidas adotadas com foco na correção da má alocação, o objetivo da consolidação fiscal não está centrado na elevação da carga tributária ou aumento das receitas, mas no controle das despesas.

Do lado da despesa, a principal mudança proposta pelo documento de dezembro de 2018 decorre da reforma da Previdência, no intuito de controlar os gastos com benefícios. Ademais, propõe-se alteração na regra do reajuste do salário mínimo, para controle de despesas previdenciárias e assistenciais (LOAS) e o controle dos reajustes dos servidores públicos. Foram incluídas as medidas relacionadas aos gatilhos do Novo Regime Fiscal (Teto de Gastos), como a vedação de concursos, de elevação da remuneração de servidores e da criação de novas despesas obrigatórias. Adicionalmente, foram incorporadas mudanças na elegibilidade do abono salarial (benefício FAT). O cenário com reformas fiscais e microeconômicas inclui, além das medidas já listadas, outras para ampliar a produtividade total da economia, de modo a acelerar o crescimento do PIB real, tais como aumentar as concessões.

Observa-se que diversas ações para o controle das despesas foram implementadas desde 2019. Além da reforma da Previdência, que na próxima seção deixará claro seu impacto positivo nas contas públicas, houve manutenção dos salários do funcionalismo público nos últimos três anos e forte redução da taxa de reposição². Destaca-se que, conforme sinalizado pelo documento de 2018, a elevação do salário mínimo foi corrigida pelo INPC (em conformidade à Constituição). Ademais, foram instituídos novos dispositivos constitucionais que permitem a limitação do gasto público do governo federal e dos entes subnacionais a partir de razões desses gastos em relação à receita³. Além desta lista de ações (que se relaciona com as propostas indicadas pela equipe econômica anterior), diversas medidas de ajuste fiscal foram aprovadas pelo Governo Federal com o apoio do Congresso Nacional, fortalecendo o atual arcabouço fiscal. Cita-se como exemplo o Acordo da Lei Kandir; Revisão do Contrato de Cessão Onerosa; as Leis Complementares nºs 173, 176 e 178; a Emenda Constitucional nº 109 e a desestatização da Eletrobras.

² Para mais informações, vide [Nota Informativa - Enxugamento do quadro do funcionalismo público federal: um aceno para uma economia mais produtiva e dinâmica — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

³ Vide [Nota Informativa - Consolidação fiscal e finanças dos entes subnacionais — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)



Em relação às medidas de elevação da produtividade, várias alterações legislativas que buscam a melhora do crescimento econômico de longo prazo foram aprovadas pelo Congresso Nacional. Diversos marcos legais foram aprovados nos últimos três anos como os do saneamento básico, das *startups*, das agências reguladoras, dos combustíveis, das ferrovias e da cabotagem (BR do mar que retorna à Câmara). Uma ampla agenda de aumento da produtividade foi aprovada, incluindo o Cadastro Positivo, Abertura do Mercado de Gás, MP da Liberdade Econômica, novo FGTS, nova Lei do Agro, Lei do Contribuinte Legal, nova Lei de Falências, autonomia do Banco Central, nova Lei Cambial, Fiagro, CPR verde, depósitos voluntários, além de outras medidas legislativas e infralegais implementadas no período. Dessa forma, as novas medidas, focadas no binômio consolidação fiscal e reformas pró-mercado, fundamentam o maior crescimento potencial brasileiro.

3 – Resultados da Consolidação Fiscal e Comparativo com os Cenários Fiscais de 2018

Desde 2019, o processo de consolidação fiscal tem possibilitado o controle de gastos, o que permitiu que o país voltasse, em 2021, a apresentar superávit primário do setor público consolidado, além da redução do endividamento público, quando comparado a 2020. Mesmo com a continuidade dos esforços de enfrentamento da pandemia, não se perdeu o foco no ajuste fiscal. Em 2021, o resultado primário do governo central praticamente voltou ao nível de 2014 (-0,4% do PIB), aproximando-se da estabilidade. Se considerado o resultado primário consolidado do setor público, já se observa superávit em 2021 (0,75% do PIB), interrompendo sequência de oito anos de déficit. Com isso, o resultado nominal retornou para o nível anterior à recessão de 2015/2016.

O superávit do setor público consolidado em 2021 é uma surpresa positiva. Observa-se que os ministros da Fazenda no governo Temer indicavam que o déficit zero era factível em torno de quatro anos à frente, mesmo considerando o mecanismo do Teto de Gastos. Ou seja, esperava-se que o resultado primário positivo só ocorreria em 2021 ou 2022, sendo este o cenário esperado pelo ministro da Fazenda em 2018⁴ e aquele factível pelas estimativas feitas no final de 2017⁵. Os ministros anteriores indicaram que a reversão do déficit fiscal do setor público consolidado não seria nada trivial e sem esforços. Como apontou o documento Panorama Fiscal Brasileiro de 2018, a melhora fiscal demandaria um esforço reformista, com manutenção e aprimoramento do arcabouço fiscal.

Ao se comparar os números já realizados com os dos cenários de projeções fiscais elaborados no Panorama Fiscal Brasileiro de 2018, o resultado primário do governo central observado em 2021, disponibilizado pelo Boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN)⁶, aproxima-se do cenário “com reformas fiscais e microeconômicas” (Gráfico 2). O resultado nominal mostra-se até melhor do que o projetado nesse cenário. Desse modo, pode-se afirmar que os resultados fiscais realizados são

⁴ <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,contas-do-governo-so-devem-voltar-ao-azul-em-2022,70002266385>

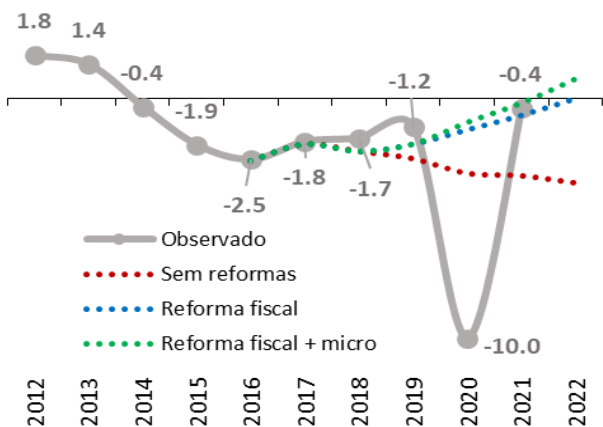
⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-10/meirelles-diz-que-com-ajuste-fiscal-deficit-primario-sera-revertido-partir>

⁶ Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2021/12>

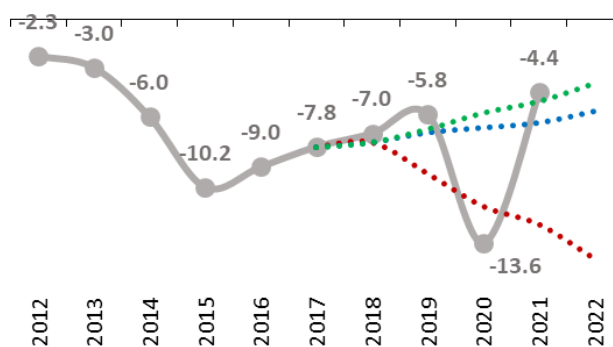
melhores que aqueles esperados em 2018, mesmo com o enfrentamento da pandemia, que causou um período de forte recessão global e pressões de gastos excepcionais.

Gráfico 2 - Resultado Primário Resultado Nominal – Dados Observados x Cenários 2018

Resultado Primário Governo Central (% do PIB)



Resultado Nominal do Setor Público Consolidado (% do PIB)

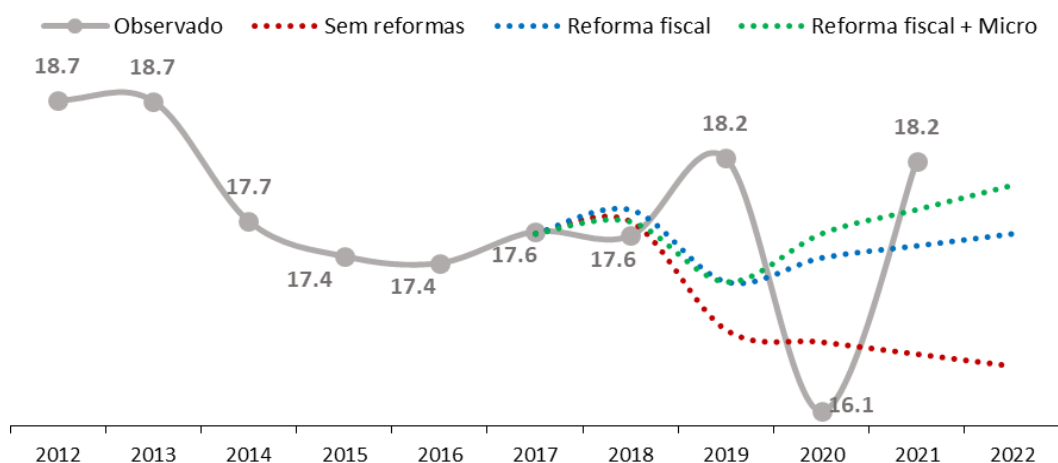


Fonte: Panorama Fiscal Brasileiro – 2018, STN/SETO/ME e BCB. Elaboração: SPE/ME.

Nesse contexto, parte desse resultado primário favorável observado em 2021 foi decorrente da recuperação da receita líquida, o que está relacionado à retomada da atividade econômica após os piores momentos da crise provocada pela Covid-19. As ações mitigadoras dos efeitos da pandemia adotadas em 2020, assim como o avanço da vacinação e a paulatina retirada de medidas de restrição de mobilidade, permitiram que os setores econômicos reativassem a produção e a geração de emprego e renda. Isso repercutiu na arrecadação e viabilizou que, ao final de 2021, fosse recuperado o nível de receita líquida anterior à crise.

Gráfico 3 - Receita Líquida do Governo Central – Dados Observados x Cenários 2018

Receita Líquida (% do PIB)

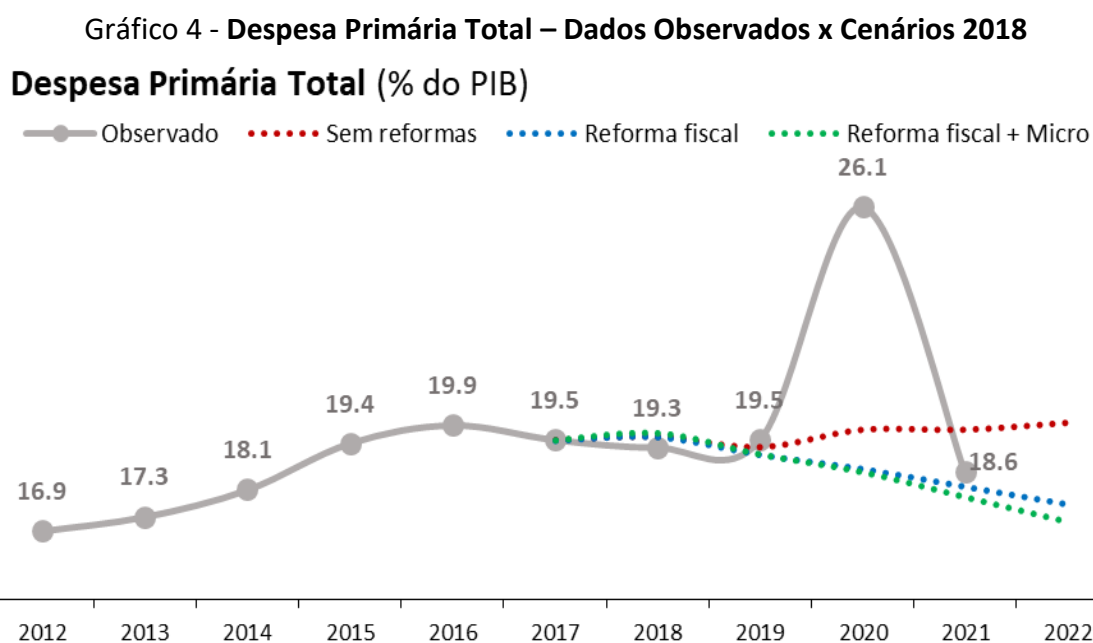


Fonte: Panorama Fiscal Brasileiro – 2018, STN/SETO/ME e BCB. Elaboração: SPE/ME.

No entanto, o processo de consolidação fiscal, instituído por diversas alterações legislativas implementadas em parceria com o Congresso Nacional, tem gerado efeitos diretos no controle dos

gastos. Nota-se que o Novo Regime Fiscal permitiu a estabilização da despesa primária total (em percentual do PIB) em 2018 e 2019, em curto período após a sua edição. Além disso, em 2019, foi realizada a reforma da Previdência (EC nº 103/2019). No ano de 2020, as despesas emergenciais para enfrentamento à pandemia aumentaram fortemente o nível de gastos. Todavia, com o compromisso de manutenção do compromisso de consolidação fiscal e com a continuidade das reformas pró-mercado, essas despesas extraordinárias foram realizadas no momento oportuno mas não se tornaram permanentes. Com isso, em 2021, mesmo após a forte elevação dos gastos durante a pandemia, a despesa primária voltou para níveis compatíveis com os dos cenários de projeção fiscal que consideravam medidas de ajuste por meio de reformas fiscais. Destaca-se que, mesmo em meio à crise sanitária, há redução de quase 1 p.p. da despesa primária total em percentual do PIB quando comparado a quatro anos atrás, sendo o menor nível da despesa em porcentagem do PIB desde 2015.

Cabe ressaltar que a ampliação dos gastos no combate à pandemia em 2020 foi necessária, porém de caráter emergencial e transitório. Diante disso, o governo emvidou esforços na edição de medidas que buscassem fortalecer o arcabouço fiscal e controlassem o aumento excessivo de gastos no período após a pandemia. Exemplos dessas medidas são a PEC Emergencial (Emenda Constitucional nº 109), que introduziu na Constituição Federal a questão da sustentabilidade da trajetória futura da dívida pública e estabeleceu gatilhos em casos de sua não observância pelos Poderes dos entes federativos. A Lei Complementar nº 178 também atuou na promoção do equilíbrio fiscal dos entes federados. Adiciona-se a Lei Complementar nº 173, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao coronavírus. Todas essas medidas somaram-se ao arcabouço regulatório já existente, como o Teto dos Gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal, e facilitaram o retorno da dívida pública a patamares próximos ao período pré-pandemia.



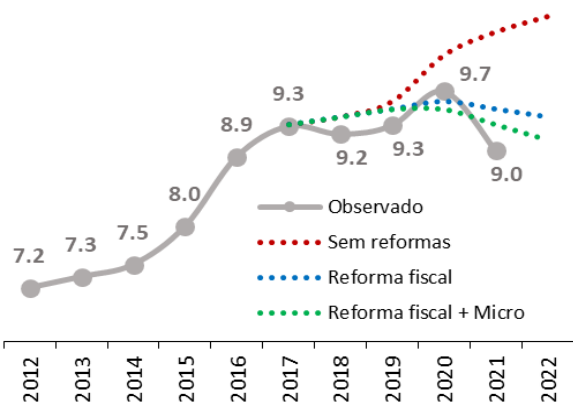
Fonte: Panorama Fiscal Brasileiro – 2018, STN/SETO/ME e BCB. Elaboração: SPE/ME.

Desta maneira, dois importantes componentes da despesa primária (gastos previdenciários e despesas com pessoal, destacados no relatório de 2018), foram controlados no período em análise

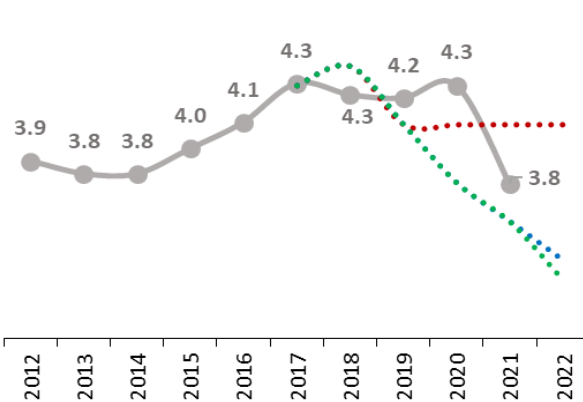
e contribuíram para redução do total de gastos. Nota-se que as despesas previdenciárias mostram recuo após a Reforma de Previdência de 2019, o que indica a acomodação dos gastos quando comparados aos valores observados em 2017 e 2018. Em termos percentuais do PIB, as despesas previdenciárias ficaram em patamar inferior ao projetado em 2018 no cenário com reformas fiscais e microeconômicas e abaixo do realizado dos últimos anos. As despesas de pessoal mostraram relativa estabilidade de 2018 a 2020 e importante recuo em 2021, convergindo para o nível projetado nos cenários com reformas. Observa-se que o gasto com folha em proporção do PIB é o menor desde 2014. Parte disso decorre do controle de gastos com pessoal, a partir das medidas emergenciais de combate à pandemia, resultado da manutenção do valor dos salários e menor reposição do funcionalismo, uma decorrência positiva da elevação da eficiência decorrente das inovações do Governo Digital.

Gráfico 5 - Despesas Previdenciárias e Despesas de Pessoal – Dados Observados x Cenários 2018

Despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais (% do PIB)



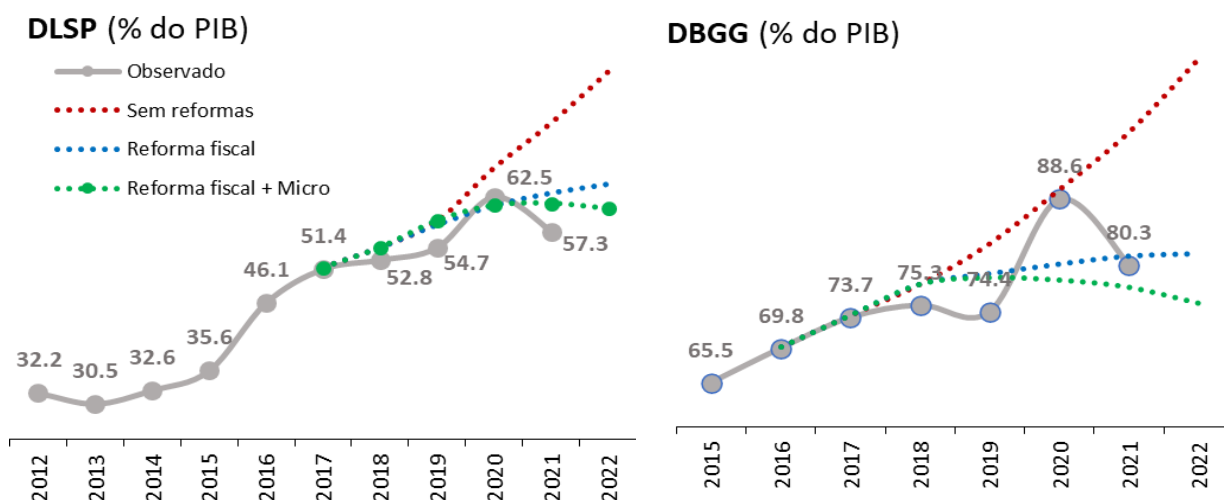
Despesa com Pessoal e Encargos (% do PIB)



Fonte: Panorama Fiscal Brasileiro – 2018, STN/SETO/ME e BCB. Elaboração: SPE/ME.

Como resultado, o endividamento do setor público, tanto em termos da dívida líquida (DLSP) quanto pela métrica da dívida bruta (DBGG), mostra forte retração, graças à retomada das receitas e ao controle dos gastos. Em 2021, a dívida líquida recuou após elevação em 2020, aproximando-se dos patamares pré-crise. Destaca-se que, mesmo com a pandemia, a trajetória da DLSP mostrou-se melhor do que o cenário previsto em 2018 que considerava reformas fiscais e microeconômicas.

A dívida bruta, por sua vez, mesmo considerando a elevação de seu patamar em percentual do PIB em mais de 14 p.p., em ação necessária ao combate à pandemia em 2020, também mostrou retorno a níveis compatíveis aos dos cenários que previam as reformas. Cabe destacar que, mesmo na situação de estresse vigente durante a pandemia de Covid-19, o nível da DBGG ficou abaixo do cenário previsto com reformas fiscais para o ano de 2021. Adicionalmente, observa-se que, enquanto o documento de 2018 indicava aumento do endividamento em 2019 para os dois cenários de reforma, as variações da DBGG e da DSLP foram melhores que o estimado. Em relação à DBGG, o cenário com reformas fiscais indicava elevação do endividamento público em 1,8 p.p. do PIB e o cenário com reformas fiscais + microeconômicas indicava aumento de 0,8 p.p. do PIB. O resultado ocorrido foi uma redução de 0,8 p.p. da dívida bruta. Resultado semelhante ocorre para a DLSP, que, segundo as projeções com reforma, teria aumento de quase 4 p.p. em 2019, embora o ocorrido tenha sido com uma elevação de 1,9 p.p. do PIB.

Gráfico 6 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

Fonte: Panorama Fiscal Brasileiro – 2018, STN/SETO/ME e BCB. Elaboração: SPE/ME.

Desse modo, a redução da dívida pública em 2021 foi uma consequência direta do processo de consolidação fiscal e das reformas estruturais que ocorreram nos últimos anos, mesmo em face do contexto adverso da pandemia de coronavírus. Os esforços do governo federal na consolidação fiscal têm se refletido na solvência de longo prazo do endividamento brasileiro. Houve melhora consistente nas contas públicas ao longo dos últimos anos, devido à melhora da arrecadação, maior focalização das despesas relacionadas à pandemia e controle das despesas primárias, como visto. Assim, o patamar da dívida está convergindo aos níveis anteriores à pandemia e com resultados melhores do que as projeções elaboradas em 2018 para o cenário com reforma fiscal.

4 – Conclusão

Em suma, esta nota mostrou que o Brasil tem apresentado resultados fiscais melhores que o previsto em cenários elaborados pela equipe econômica anterior, mesmo com o enfrentamento das consequências da pandemia. Ressalta-se aqui a maturidade institucional e técnica que assegurou a continuidade dos princípios que norteiam a política econômica depois da crise de 2014-2016.

Esses resultados acima do esperado são frutos do processo iniciado em debates públicos e materializado a partir dos esforços das equipes econômicas desde 2016. Observa-se que os princípios permaneceram e o importante trabalho realizado pela equipe econômica anterior (que atuou nos fundamentos do atual arcabouço fiscal, introduzindo o Teto de Gastos, a Lei das Estatais e a TLP, dentre outras medidas relevantes), foi continuado e aprofundado posteriormente. Demonstrou-se que a consolidação fiscal em curso permitiu o controle mais efetivo dos gastos públicos, o que favoreceu o retorno ao superávit primário do setor público consolidado, melhora do resultado nominal e, conseqüentemente, redução do endividamento público.

O resultado primário do governo central praticamente voltou ao patamar de 2014 (-0,4% do PIB) e próximo ao cenário mais otimista projetado em 2018. Se considerado o resultado primário consolidado do setor público, já se observa superávit (0,75% do PIB), interrompendo sequência de oito anos de déficit. O endividamento, tanto medido pela dívida líquida (DLSP) quanto pela dívida



bruta (DBGG), mostrou forte recuo, dada a retomada das receitas e, principalmente, o controle dos gastos.

Desse modo, a consolidação fiscal tem mostrado resultados melhores que os esperados em 2018 e a continuidade deste processo tem permitido a melhora gradual das contas públicas, após a forte elevação dos gastos para reduzir os impactos negativos da pandemia. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 109 e a adoção de outros normativos de consolidação fiscal, já se pode notar impactos relevantes decorrente das medidas executadas e a melhora do resultado primário em relação ao esperado.

Como visto, apesar da crise decorrente da Covid-19 e da necessidade de resposta ampla com impactos fiscais de curto prazo, o processo de consolidação das finanças públicas teve seu curso mantido, e permaneceu como alicerce central da política econômica. Já se constata que o processo de consolidação fiscal está permitindo a redução consistente dos gastos, inclusive em previdência e na despesa com folha, melhorando a relação dívida/PIB.

Ressalta-se que o processo de consolidação fiscal iniciado em 2016 pela equipe econômica anterior e aprofundado nos últimos anos pela gestão atual permitiu que o forte choque adverso da pandemia não inviabilizasse o arcabouço fiscal. Ao contrário, possibilitou a melhora ou a estabilização de diversos indicadores fiscais, principalmente quando comparado às projeções realizadas em 2018. No entanto, esse processo não está completo. A busca pela limitação dos gastos públicos, a melhora do resultado primário e a redução do endividamento para patamares condizentes aos pares deve continuar no topo da agenda econômica, como tem ocorrido, mesmo no período da pandemia.